Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Porto Alegre

CNPJ: 27.059.460/0001-41

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V. S.as, as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. **Mensagem da Administração:** A Fraport Brasil - Porto Alegre, ao lado da Fraport Brasil - Fortaleza, é subsidiária da Fraport AG Frankfurt Airport Services Worldwide, uma das empresas líderes no mercado global de aeroportos. Proprietária e operadora do aeroporto de Frankfurt, maior aeroporto da Alemanha, a Fraport AG possui em seu portfólio mais de 30 aeroportos pelo mundo. Em um processo de licitação internacional, ocorrido em março de 2017, no qual o governo federal concedeu quatro aeroportos brasileiros à iniciativa privada, a Fraport AG conquistou a concessão dos aeroportos de Fortaleza e Porto Alegre pelos próximos 30 e 25 anos, respectivamente. Em 2 de janeiro de 2018, a Fraport Brasil - Porto Alegre assumiu a efetiva operação no Aeroporto de Porto Alegre com o compromisso de realizar obras de ampliação e melhorias da infraestrutura em conformidade com o contrato de concessão. Res-

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma ponsável pelas obras, o Consórcio HTBM, composto pelas empresas HTB, TEDESCO e Barbosa Mello, assumiu a execução das obras. Em outubro de 2019 foi concluída a Fase 1B do contrato de concessão. Esta fase incluiu obras como a ampliação e reforma do Terminal de Passageiros, um novo edifício garagem, a ampliação do pátio de aeronaves, melhorias nas *taxiways*, entre outras. Passageiros e todos os parceiros de negócios são, agora, beneficiados diretamente por um Terminal maior e mais confortável e por uma infraestrutura de *airside* que atende a padrões de segurança internacionais. Em 2020 e 2021, a Fraport concentrou esforços na continuação da ampliação da pista de pouso e decolagem (PPD) e do sistema de drenagem com as bacias de detenção. Ainda em 2021, houve a inauguração de um novo Terminal de Cargas Internacional. O Terminal logístico não constava no contrato com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) como obrigação da Fraport, mas é considerado crucial para alavancar a capacidade de negócios do complexo aeroportuário. Em 2022, a ampliação da pista em quase um

quilômetro foi concluída. A expansão permitirá que aviões de maior porte, tanto em capacidade de passageiros como cargas, possam operar no site aeroportuário na capital gaúcha. **Destaque econômico-financeiro:** Durante o ano de 2022, transitaram no aeroporto de Porto Alegre mais de 6,6 milhões de passageiros, apresentando um acréscimo de 37% em relação ao ano de 2021 devido ao início da recuperação do tráfego em razão da pandemia do Covid-19. Conforme previsão no contrato de concessão, assim como já realizado em 2020 e 2021, a Companhia entrou com o pleito de reequilíbrio econômico-financeiro, o qual visa preservar a manutenção do equilíbrio contratual posto no processo licitatório. Sendo assim, a Companhia recebeu o direito a recomposição do equilíbrio econômico já demonstrando na rubrica de Outras receitas e despesas operacionais líquidas e será quitado por meio de compensação com as contribuições fixa e variável devidas pela Concessionária, bem como, através da majoração temporária de 15% das tarifas reguladas concedida para compensação do ano de 2020 e 10% para o ano de 2022. A seguir apresentamos o quadro demonstrativo do EBITDA:

	2022	
Receita líquida de serviços e cessão de espaço	247.190	
Custo dos serviços prestados	(136.264)	
Margem de Construção	464	
Despesas gerais e administrativas	(31.538)	
Outras receitas e despesas operacionais líquidas	71.281	
Amortização/Depreciação (-)	46.529	
EBITDA	197.662	

Dividendos: O Estatuto Social da Concessionária determina a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, entretanto, por se tratar de companhia fechada, a Fraport, com base no art. 202, § 3º, II da Lei 6.404/76, vem optando em utilizar este montante para constituir reserva especial devido aos investimentos para expansão previstos no contrato de concessão e melhorias na infraestrutura do sítio aeroportuário. **Partes Relacionadas:** A Fraport Brasil S/A Aeroporto de Porto Alegre não possui coligadas e controladas, no entanto, tem operação de repasse de custos compartilhados para a Fraport Brasil S/A Aeroporto de Fortaleza. Ambas as empresas estão sob o mesmo controle acionário. A Diretoria, Porto Alegre, 28 de fevereiro de 2023.

Balanco Patrimonial			
	Nota explicativa	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	41.244	57.198
Contas a receber	5	38.657	28.618
Contas a rec. - Partes Relac.	6	1.006	995
Estoques		3.431	2.704
Impostos a recuperar	7	1.998	710
Despesas antecipadas		3.122	2.020
Direitos com o Poder Concedente	8	66.071	34.727
Outros ativos		1.100	937
Total do ativo circulante		156.629	127.909
Não Circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	9	41.870	37.219
Impostos a recuperar	7	134.832	134.525
Imposto de Renda e CS diferidos	7	-	6.531
Direitos com o Poder Concedente	8	194.198	155.886
Depósitos Judiciais	25	36.796	-
Imobilizado	10	2.839	1.982
Intangível	11	1.910.719	1.911.580
Total do ativo não circulante		2.321.254	2.247.723
Total do ativo		2.477.883	2.375.632

	Nota explicativa	2022	2021
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	19.672	24.205
Sal., enc. sociais e benefícios	13	14.045	11.772
Impostos a recolher	7	10.553	25.850
Empréstimos e Financiamentos	14	57.078	29.174
Compr. com o Poder Concedente	15	14.143	9.508
Outros passivos	16	6.814	2.543
Total do passivo circulante		122.305	103.052
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	1.271.135	1.249.091
Imposto de renda e CS diferidos	7	30.684	-
Provisão para obrigações legais	24	11.201	19.429
Provisão p/ Passivos Ambientais	25	50.712	-
Compr. com o Poder Concedente	15	-	57.835
Outros passivos	16	2.232	2.592
Total do passivo não circulante		1.365.964	1.328.947
Patrimônio Líquido	17		
Capital social		763.500	763.500
Reserva legal		11.306	9.007
Reserva especial		53.702	42.782
Reserva de lucros		161.106	128.344
Total do patrimônio líquido		989.614	943.633
Total do passivo e patrimônio líquido		2.477.883	2.375.632

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
	Capital Social		Reserva de Lucros			Total
	Subscrito	Reserva Legal	Reserva Especial	Retenção de Lucros	Lucros Acumulados	
Saldos em 31.12.2020	763.500	8.195	38.927	116.781		927.403
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	16.230	16.230
Constituição de Reserva Legal	-	812	-	-	(812)	-
Dividendo Mínimo (Nota 17)	-	-	3.855	-	(3.855)	-
Lucros Retidos (Nota 17)	-	-	-	11.563	(11.563)	-
Saldos em 31.12.2021	763.500	9.007	42.782	128.344		943.633
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	45.981	45.981
Constituição de Reserva Legal	-	2.299	-	-	(2.299)	-
Dividendo Mínimo (Nota 17)	-	-	10.920	-	(10.920)	-
Lucros Retidos (Nota 17)	-	-	-	32.762	(32.762)	-
Saldos em 31.12.2022	763.500	11.306	53.702	161.106		989.614

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercícios Findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações Gerais: A Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Porto Alegre ("Fraport Brasil - Porto Alegre" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pela Fraport AG Frankfurt Airport Services Worldwide, uma das empresas líderes no mercado global de aeroportos. A Fraport Brasil foi constituída no início de 2017, tendo como objetivo exclusivo exercer as atividades de exploração, ampliação e manutenção do Aeroporto Internacional Salgado Filho. A sede está localizada na Av. Severo Dullius, 90010, Porto Alegre - RS. Em um processo de licitação internacional, no qual o Governo Federal concedeu quatro aeroportos brasileiros à iniciativa privada, a Fraport AG conquistou a concessão dos aeroportos de Porto Alegre e Fortaleza. A partir de então, a Fraport Brasil - Porto Alegre e a Fraport Brasil - Fortaleza foram estabelecidas tendo como objetivo a criação de dois aeroportos modernos, eficientes e focados no cliente. Em 28 de julho de 2017 foi assinado o contrato de concessão com a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC. A concessão do Aeroporto de Porto Alegre, se dará no prazo de 25 anos com data de eficácia em 29 de agosto de 2017. O contrato é dividido em três fases: FASE I-A - fase de transferência das operações do Aeroporto da Infraero para a Concessionária; esta fase teve início em 29 de agosto de 2017 (concluído em 02/04/2018). FASE I-B - fase de ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e recomposição total do nível de serviço (início em 29/08/2017 e concluído em 29/10/2019). FASE II - demais fases de ampliação, manutenção, exploração do Aeroporto, para atendimento aos Parâmetros Mínimos de Dimensionamento previstos no PEA (Plano de Exploração Aeroportuária) (início em 30/10/2019). Em 28/03/2019 a Companhia recebeu o aporte referente ao empréstimo junto do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que será pago entre os anos de 2022 e 2038. O aporte total realizado pelo BNDES entre os anos de 2019 e 2022 resultou no valor de R\$1.030.000, conforme Nota 14. A Fraport Brasil - Porto Alegre tem como obrigação estabelecidas no Contrato de Concessão, o pagamento de Contribuição Fixa e Contribuição Variável ao Poder Concedente e a realização de investimentos para ampliação e melhorias do Aeroporto de Porto Alegre. **1.1. COVID-19:** Em março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) reconheceu o surto epidemiológico do COVID-19 como Pandemia Global. Além de diversas vidas perdidas, a pandemia também trouxe um impacto singular para a economia mundial. As restrições governamentais necessárias ao controle da expansão da contaminação, trazendo como premissa o isolamento social, reduziu drasticamente o número de passageiros, impactando diretamente todas as empresas do segmento aeroportuário. No contrato de concessão vigente existe a previsão de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro que visa preservar a manutenção do equilíbrio contratual posto no processo licitatório, sendo assim, a partir do evento de força maior que desencadeou o desequilíbrio contratual, no caso o surto da Covid-19, se fez necessário o retorno do status quo do contrato de concessão a fim de manter as condições previamente previstas no edital e na proposta vencedora. Assim como em 2020 e 2021, em 2022 a Companhia realizou o pleito de reequilíbrio junto ao órgão regulatório Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) e em 11 de novembro de 2022 foi assinada pela ANAC a Decisão nº 568, reconhecendo o crédito referente a recomposição ao equilíbrio econômico-financeiro relativo ao ano de 2022 (Nota 8). **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)*), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, com base no custo histórico, exceto para os ativos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras

requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das ações e políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelos administradores da Companhia em 28 de fevereiro de 2023. A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação destas demonstrações e, portanto, são consideradas informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022: **Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado":** a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. **Alteração ao IAS 37/CPC25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes":** esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. **Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:** (i) IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia. **2.3 Conversão de moeda estrangeira:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Todas as diferenças, referente a ganhos e perdas cambiais, são registradas na demonstração do resultado. **2.4 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.5 Ativos financeiros:** Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e recebíveis. **2.5.1 Classificação:** Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias de mensuração: **Mensurados ao valor justo** (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). **Mensurados ao custo amortizado.** A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como ao valor justo, seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio de resultado. A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao custo amortizado: **Caixa e equivalente de caixa** • Aplicações Financeiras Vinculadas • Contas a receber de clientes • Partes relacionadas • Outros ativos. Para ativos financeiros demonstrados acima, os ganhos e perdas são registrados no resultado. **2.5.2 Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **2.5.3 Mensuração:** Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas)

Demonstração do Resultado			
	Nota explicativa	2022	2021
Rec. liq. de serv. e cessão de espaço		247.190	165.055
Receita de construção		20.163	102.753
Receita operacional líquida	18	267.353	267.808
Custo dos serviços prestados	19	(136.264)	(116.230)
Custo de construção	19	(19.699)	(100.390)
Lucro bruto		111.390	51.188
Desp. gerais e administrativas	20	(31.538)	(23.593)
Outras rec. e desp. oper. líquidas	21	71.281	91.634
Lucro antes do result. financ.		151.133	119.229
Receitas financeiras	22	38.388	20.277
Despesas financeiras	22	(119.370)	(115.188)
Lucro antes do IR e CS		70.151	24.318
Imposto de renda e CS	7	(24.170)	(8.088)
Lucro líquido do exercício		45.981	16.230
Lucro por lote de mil ações - R\$	26	0,06	0,02

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente			
	Nota explicativa	2022	2021
Lucro do exercício		45.981	16.230
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		45.981	16.230

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

2.5.4 Impairment: A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para riscos sobre contas a receber é constituída em montante julgado suficiente para suportar eventuais perdas na realização de créditos, líquidos de recuperações, levando em consideração o risco por cliente e independente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento. **2.7 Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. A Companhia não realiza a venda de produtos e o estoque é utilizado apenas como materiais de consumo. **2.8 Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas, compostas preponderantemente por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro. **2.9 Imposto de Renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda (IR) e a contribuição social (CS) diferidos são calculados sobre os correspondentes prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias, aplicando-se as alíquotas definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos em 25% e 9%, respectivamente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível para compensação. Os tributos diferidos ativos e passivos, quando aplicável, são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes. **2.10 Outros ativos:** Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação. **2.11 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos serão revisados e ajustados, quando apropriado, ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção e reparo somente serão capitalizados se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens foram prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Conforme OCP 05, por se tratar de um contrato de concessão de exploração da infraestrutura, somente os bens que possam ser retidos ou negociados pelos concessionários, sem interferência do poder concedente podem ser classificados como Ativo Imobilizado e contabilizado de acordo com CPC 27. Os bens adquiridos pela Companhia e vinculados à concessão são classificados como Infraestrutura da Concessão no intangível. Os bens recebidos do poder concedente não devem ser contabilizados e classificados no imobilizado, pois são reversíveis ao final da concessão e não podem ser livremente negociados ou retidos pela Companhia. Conforme contrato de concessão a Companhia deverá manter controle de inventário atualizado destes bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Além disso, os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.12 Intangível:** Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICP 01 (R1) Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante um prazo determinado. O contrato de concessão estabelecido entre a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e a Companhia não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura. As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a

Demonstração do Valor Adicionado			
	Nota explicativa	2022	2021
Receitas		361.894	293.935
Prestação de Serviços e Cessão de Espaço		282.862	190.164
Outras Receitas		78.940	103.784
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		92	(13)
Insumos Adquiridos de Terceiros		(87.379)	(71.626)
(Inclui os valores dos impostos - PIS e COFINS)			
Custo dos Serviços Prestados		(14.143)	(9.508)
Materiais, Energia, Serviços de Terc. e Outros		(69.380)	(61.718)
(Perda)/Recuperação de Valores Ativos		(775)	(266)
(Provisão)/Reversão Contingências		(3.081)	(122)
Outras		-	(12)
Valor Adicionado Bruto		274.515	222.309
Depreciação e Amortização		(46.529)	(28.560)
Valor Adic. Líq. Produzido Pela Entidade		227.986	193.749
Valor Adic. Recebido em Transferência		38.481	20.297
Receitas Financeiras		38.387	20.277
Ganho Variação Cambial		94	20
Valor Adicionado Total a Distribuir		266.467	214.046
Distribuição do Valor Adicionado		266.467	214.046
Pessoal		34.717	25.288
Remuneração Direta		27.016	19.415
Benefícios		5.255	3.538
F.G.T.S.		2.446	2.335
Impostos, Taxas e Contribuições		65.441	56.996
Federais		66.430	43.213
Estaduais		113	91
Municipais		(1.102)	13.692
Remuneração de Capitais de Terceiros		120.328	115.532
Despesas Financeiras		119.323	114.697
Aluguéis Pagos		965	702
Perda Variação cambial		40	133
Remuneração de Capitais Próprios		45.981	16.230
Lucros Retidos do Exercício		45.981	16.230